

**TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS E AS GEOGRAFIAS DA
REPRODUÇÃO SOCIAL CRÍTICA: HETEROGENEIDADE
DE PRÁTICAS NA URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA**

*Thiago Canettieri**

*Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Urbanismo, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo

A partir de pesquisa de natureza etnográfica realizada em uma periferia metropolitana de Belo Horizonte, este texto investiga as geografias da reprodução social crítica produzidas por sujeitos periféricos de modo a garantir sua sobrevivência em meio à crise. Explora-se a diversidade de práticas a partir de relatos de histórias da área estudada, atentando para as estratégias de reprodução social e as espacialidades produzidas. Trata-se de estratégias para sobreviver em meio às adversidades acumuladas no contexto da crise contemporânea. O argumento se baseia no diagnóstico de uma profunda transformação nos territórios periféricos e busca ressaltar a complexidade das práticas sociais que estão envolvidas na dinâmica da urbanização periférica, evidenciando a heterogeneidade dessa realidade.

Palavras-chave

Desigualdade socioespacial; Espaço urbano; Teorias urbanas; Periferias; Crise; Produção do Espaço; Reprodução Social.

SPECIAL ISSUE: 'POLY-PERIPHERY' AND
THE 'PERIPHERAL TURN' IN URBAN STUDIES

**PERIPHERAL TERRITORIES AND THE GEOGRAPHIES OF
CRITICAL SOCIAL REPRODUCTION: HETEROGENEITY
OF PRACTICES IN PERIPHERAL URBANIZATION**

*Thiago Canetti**

*Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Urbanismo, Belo Horizonte, MG, Brazil

Abstract

Based on ethnographic research carried out in a metropolitan periphery of Belo Horizonte, this text investigates the geographies of critical social reproduction produced by peripheral subjects to guarantee their survival amid the crisis. It explores the diversity of practices based on stories from the area under study, focusing on the strategies of social reproduction and the spatialities produced. These strategies aim at surviving the adversities accumulated in the context of the contemporary crisis. The argument is based on the fact that profound transformation has been detected in peripheral territories, and it seeks to highlight the complexity of the social practices involved in the dynamics of peripheral urbanization, emphasizing the heterogeneity of this reality.

Keywords

Socio-Spatial Inequalities; Urban Space; Urban Theories; Peripheries; Crisis; Production of Space; Social Reproduction.

TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS E AS GEOGRAFIAS DA REPRODUÇÃO SOCIAL CRÍTICA: HETEROGENEIDADE DE PRÁTICAS NA URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA¹

Thiago Canetti

Introdução

As transformações sociais e espaciais ocorridas nas periferias nas últimas décadas têm atraído o interesse de diferentes pesquisadores e pesquisadoras (Richmond et al., 2020). No Brasil, os estudos urbanos buscaram cartografar variadas temáticas nos territórios periféricos. Nesse contexto, um vasto e rico material foi produzido sobre as periferias, consolidando uma bibliografia que analisa os diferentes aspectos da reprodução dos sujeitos periféricos. Por exemplo, estudos indicam a inserção precária no mundo do trabalho que se realiza de diferentes maneiras (Abílio, 2018). Outros destacam o papel das economias criminais e seus vasos comunicantes entre o lícito e ilícito (Feltran, 2019) e as tênues fronteiras que separam o legal e o ilegal (Telles, 2011). Essa bibliografia chama atenção para um aspecto fundamental da realidade periférica brasileira: a heterogeneidade intrínseca desses territórios.

Durante muito tempo, as periferias foram tratadas como espaços homogêneos, como se todas fossem uniformes e indistintas. Contudo, estudos etnográficos que acompanham a dinâmica cotidiana da periferia ressaltam as diferenças internas que existem nesses territórios. Há um interesse crescente em desagregar analiticamente esse monólito homogêneo e lidar com as diferenças e heterogeneidades existentes nas populações locais. Afinal, essa parece ser a condição para uma compreensão

1. Agradeço à Laura Vilela Campos, aluna de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que atuou como pesquisadora de Iniciação Científica neste trabalho e elaborou a imagem que ilustra a área de pesquisa.

adequada da complexa realidade periférica. O procedimento para essa operação envolve, portanto, um olhar crítico para a *vida cotidiana* (Lefebvre, 2014).

A fim de contribuir para os estudos urbanos críticos, este estudo tem como objetivo discutir as diferenças internas que existem nas periferias. Meu foco será compreender as diferentes estratégias de reprodução social que permitirão revelar a heterogeneidade dos territórios periféricos e da vida cotidiana na periferia. Entendo a reprodução social como um conceito capaz de agregar as dinâmicas complexas que envolvem a reprodução cotidiana dos indivíduos e de suas famílias, inseridos na reprodução da própria sociedade (Bhattacharya, 2017). Assim, a reprodução social significa tanto a reprodução biológica quanto a reprodução da sociedade. Deve-se enfatizar que a reprodução social é um meio importante para entender a dinâmica da sociedade capitalista, pois o capitalismo é uma forma histórica determinada de reprodução social baseada na venda da força de trabalho, na troca de mercadorias e na dissociação de uma parte dessa reprodução para a esfera doméstica como um pressuposto para a reprodução ampliada do capital (Scholz, 2022).

Dessa maneira, pretende-se aprofundar o debate sobre a vida cotidiana na periferia, as heterogeneidades sociais e os conflitos que emergem da dinâmica da reprodução social em um contexto de crise.² Essa crise revela a caducidade das formas sociais do capital, sem, no entanto, prescindir da socialização baseada no dinheiro.

Ademais, parto das pesquisas do etnógrafo urbano Gabriel Feltran (2011; 2014) sobre as periferias brasileiras, nas quais o autor discute a coexistência de diferentes regimes normativos. Assumindo essa estrutura de diversidade interna da periferia, este artigo discutirá especificamente a coexistência e a complexa montagem de diferentes formas de reprodução social realizadas pelas pessoas residentes nos territórios periféricos. Para isso, também busco inspiração na recente discussão sobre as geografias da reprodução social (Gray, 2022; Hall, 2020).

O artigo identifica as estratégias que os grupos sociais periféricos desenvolvem e mobilizam para garantir sua própria reprodução. Sem pretender uma descrição exaustiva dessas práticas, porém mostrando a relação entre elas, analiso – a partir do relato de três histórias de moradores da área de pesquisa – as estratégias

2. Trabalho com a noção de crise tributária da tradição teórica marxista conhecida como crítica do valor [*Wertkritik*] (Kurz, 2014, 2018). Para essa concepção, a crise deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional que indica a erosão das formas sociais próprias do capitalismo, em especial do trabalho, decorrente das contradições iminentes do capital. Desse modo, a crise do trabalho deve ser entendida como o limite histórico da sociabilidade capitalista que produz formas de desagregação no tecido social. Sobre a compreensão desse fenômeno a partir da realidade brasileira, conferir Pitta (2020); Giavarotti (2018); Botelho (2023).

que desempenham um papel proeminente na dinâmica de reprodução dos territórios periféricos no contexto da crise contemporânea. Em publicações anteriores (Canettieri, 2023; 2024), apresentei seis estratégias,³ a saber: i) assistencialismo de crise, que se refere à mobilização de recursos oriundos das políticas assistenciais do Estado, de ONGs, de movimentos sociais ou ainda de iniciativas informais e dispersas para garantir o sustento da unidade doméstica; ii) microempreendedorismo, que envolve a abertura de “micronegócios” de variadas naturezas, mais ou menos formalizados, como meio de acessar recursos; iii) endividamento de baixa renda, que diz respeito ao ciclo de endividamento produzido junto às instituições bancárias e financiadoras ou até mesmo a formas de endividamento informais para garantir a reprodução da família; iv) rentismo periférico, que concerne à mobilização da propriedade imobiliária privada (formal ou informal) para gerar recursos, transformando a renda fundiária em renda para a família; v) ilegalismos populares, que se referem à legitimidade, à normatividade e às trocas econômicas do mundo do crime; e, finalmente, vi) associativismo comunitário, que indica a capacidade de associação nos territórios populares para, a partir da ação coletiva, garantir acesso aos recursos necessários para a sobrevivência cotidiana. Chamo essas estratégias de *reprodução social crítica*, pois elas se reproduzem na crise.

É nesse contexto crítico, como escreve Gago (2018, p. 10), que “o salário deixa de ser garantia privilegiada da reprodução” e, portanto, a forma básica de socialização, pautada na venda de força de trabalho, não é mais a maneira primordial de reprodução, o que não significa a superação dessa forma social, mas sim um embate ainda mais acirrado pelos meios de se reproduzir – mesmo que eles continuem subsumidos às formas capitalistas. Apesar de a condição de assalariamento nunca ter se consolidado plenamente nos territórios de urbanização periférica no Brasil, dado os altíssimos índices de informalidade no país, o trabalho assalariado funcionou durante muito tempo como o atrator de expectativas futuras que organizava o conjunto da sociedade. O aprofundamento da crise da sociedade do trabalho produziu uma transformação das perspectivas de inclusão no mundo do assalariamento e, portanto, obrigou a incorporação de um variado repertório de estratégias para garantir a reprodução desses *trabalhadores sem trabalho*. Todos esses elementos formam uma constelação de práticas para “sobreviver na adversidade” (Hirata, 2017) que podem ser combinadas de maneiras complexas.

Este texto é resultado de pesquisas realizadas desde 2021 numa periferia metropolitana de Belo Horizonte, conduzidas a partir de uma perspectiva etnográfica e envolvendo trabalhos de campo imersivos. Minha inserção nesse território foi

3. A pesquisa segue em curso e alguns textos já foram produzidos detalhando algumas dessas situações; sobre isso, conferir Canettieri (2023; 2024).

mediada por contato anterior com lideranças comunitárias que atuam na área. Além disso, busquei estabelecer contato com o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e seus trabalhadores como modo de ampliar meu entendimento sobre o território e acessar novos interlocutores. Inseri-me, primeiramente, em atividades de grupo conduzidas tanto pelo Cras quanto pelas lideranças comunitárias. A partir daí, comecei a realizar visitas periódicas à área de estudo, em diferentes dias e horários. Em duas oportunidades, fiquei hospedado por mais dias na casa de uma dessas lideranças, garantindo uma imersão no território. Os materiais pertinentes para a entrevista foram registrados em cadernos de campo e obtidos tanto por conversas informais como a partir da realização de entrevistas em profundidade pautadas em um roteiro pré-estabelecido, que posteriormente foram transcritas e analisadas. Para garantir a não identificação dos(as) participantes da pesquisa, as pessoas receberão nomes fictícios e as localidades não serão explicitadas. Para facilitar a apreensão das relações de proximidade e da complexidade da composição espacial da área de estudo, incluímos na seção seguinte um esquema ilustrativo que representa o local. Contudo, a construção dessa representação é abstrata, realizada a partir de informações do território sem, no entanto, identificá-lo. As informações que narram a história da região na seção seguinte foram colhidas a partir do relato de interlocutores e interlocutoras que viveram os fatos em questão e da consulta de materiais presente em seus arquivos pessoais, gentilmente cedidos para a pesquisa. Também foram utilizadas informações disponibilizadas pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) por meio de pedidos de acesso à informação, assim como outros dados coletados em pesquisa no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Além disso, o centro cultural do bairro guarda algumas matérias de jornais que também foram consultadas.

1. Territórios de urbanização periférica

A ocupação da área de estudo remonta a meados da década de 1970, quando ainda era rarefeita. Contudo, nos anos seguintes, o processo se intensificou, pois o vetor de crescimento da capital mineira naquela direção levou à criação de novos loteamentos privados. Essa área está no limite municipal de Belo Horizonte e, hoje, já se encontra conurbada com um município vizinho.

A partir de 1990, a área foi também objeto de intervenção da política municipal habitacional, tendo a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) produzindo um loteamento público no local para acomodar pessoas reassentadas de áreas ocupadas, áreas de risco ou locais que receberam intervenções para obras públicas. Naquele momento, o loteamento contemplou cerca de 350 famílias, em lotes de 160 metros quadrados. Por quase três anos, as famílias alocadas na região viveram em barracos de lona e madeirite distribuídos pela

prefeitura, enquanto aguardavam as casas de alvenaria que seriam construídas pela Urbel, que seriam habitações de “quatro cômodos”, isto é, quarto, banheiro, sala e cozinha.

Com a ocorrência dessas intervenções públicas e a frequente presença de técnicos da prefeitura, correu o boato na região de que o prefeito estaria “dando casas” para as pessoas. Famílias que não estavam cadastradas para a política habitacional implementada na área também se instalaram em barracas improvisadas no local. Com a finalização das construções das casas, entre 1994 e 1995, essas famílias sem cadastro ficaram de fora, vivendo ainda sob madeirites e lonas. Elas foram gradativamente realocadas para uma área ao sul do loteamento público, próxima a uma vertente que desemboca em um fundo de vale, onde se consolidou uma favela residual que se mantém até os dias de hoje.

Entre 1998 e 2003, a prefeitura construiu três conjuntos habitacionais de interesse social na região. O primeiro foi um conjunto horizontal de casas geminadas com 120 unidades organizadas em sete quadras. Os outros dois foram conjuntos verticais, de quatro andares cada e 16 unidades por prédio. Esses três conjuntos foram destinados a famílias inscritas no cadastro da Política Municipal de Habitação.

Mesmo com as intervenções públicas produzindo unidades habitacionais, a demanda por moradia na área era muito grande. Em 2011, iniciou-se uma nova ocupação urbana na região, em uma área vizinha à área favelizada. Trata-se de um terreno muito íngreme que termina num fundo de vale. A área acidentada e de difícil acesso – que apresenta riscos, sobretudo na época de chuvas – não foi impeditiva para as construções, algumas improvisadas em madeira e lona, outras em alvenaria. Os moradores são, em geral, famílias que viviam em situação de déficit habitacional, em especial com ônus excessivo de aluguel. Uma parte das famílias foi removida pela prefeitura: suas casas foram demolidas para evitar novas ocupações, e hoje elas estão inscritas na política de Bolsa Moradia. Aqueles que ainda vivem na área de ocupação estão entre os mais pobres e com as condições mais vulneráveis da capital.

Em 2013, numa área de mata da região, teve início uma nova ocupação urbana. É o território de maior abrangência espacial e o mais recente. As primeiras casas foram construídas com materiais precários, mas rapidamente houve uma explosão de famílias ocupando o local, que hoje somam mais de 2.000. É uma região que atualmente se encontra em processo de regularização fundiária e que conta com uma mobilização política muito intensa, pois seus habitantes passaram por sucessivas tentativas de despejo.

Como mostra a Figura 1, coexistem, lado a lado, um loteamento público resultado de um processo de ocupação (indicado em amarelo); uma favela residual do

primeiro processo de ocupação (em vermelho); três conjuntos habitacionais construídos pelo poder público, um horizontal (em laranja) e dois verticais (em roxo); duas ocupações urbanas recentes de sem-teto que autoproduzem seus territórios (em rosa); e dois loteamentos privados (em verde), sendo um deles (aquele localizado mais acima) em outro município. Desse modo, é possível observar, na área de estudo, diferentes realidades sobrepostas.



Figura 1. Representação esquemática da área de estudo

Fonte: Dados da pesquisa. Imagem elaborada por Laura Vilela Campos.

No que concerne à área de estudo aqui descrita, é possível perceber diversos elementos-chave para compreensão da urbanização periférica. Refiro-me, sobretudo, aos apontamentos de Teresa Caldeira (2017), que ressalta como, nas cidades do chamado sul global, a urbanização que ocorre em territórios de periferia é produzida pelos próprios residentes – não só em suas casas autoconstruídas, mas também nos bairros. Entretanto, isso não significa uma produção clandestina ou em isolamento, mas uma combinação complexa e transversal de lógicas oficiais e não oficiais.

Caldeira (2017) argumenta que esse modo de produção do espaço constrói uma agência popular sobre o território marcada por uma temporalidade lenta. Conforme observado em campo, a autoconstrução é um procedimento recorrente – mesmo quando a própria prefeitura constrói as habitações, as casas frequentemente passam por diversas reformas empreendidas pelos próprios moradores, transformando-as de acordo com suas necessidades. A autoconstrução, um pilar fundamental na urbanização das periferias, permite aos seus habitantes moldar ativamente o espaço urbano (Maricato, 1979; Holston, 1991; Caldeira, 2017; Streule et al., 2020) e, como ressalta Holston (1991), envolve improvisações que transformam o ambiente construído de modo que a casa se adapte às dinâmicas familiares.

Na paisagem da área de estudo, é recorrente encontrarmos casas – já habitadas – que continuam em reforma. Uma parede quebrada ou a construção de um novo cômodo são exemplos de dinâmicas que se integram à vida cotidiana. Também é frequente encontrar casas com as “esperas” da laje, com ferragens à mostra, aguardando uma próxima rodada de autoconstrução, o que geralmente leva ao adensamento construtivo e à verticalização da região.

Como observado, há uma imensa heterogeneidade no interior de um território periférico. Na área de estudo, coexistem diversas paisagens, resultantes de diferentes formas de produção do espaço – com maior ou menor integração ao Estado, com maior ou menor formalização. Trata-se, portanto, de tipologias espaciais distintas que estão justapostas nesses territórios. Caldeira (2017, p. 10) ressalta como a produção do espaço pela urbanização periférica “gera espaços urbanos heterogêneos”, resultando em paisagens diversas, pois confluem as diferentes lógicas. Lado a lado, como é o caso da área de estudo, encontram-se produções habitacionais do Estado, do mercado formal e da autoprodução (por meio de ocupações).

Como será abordado ao longo do texto, essas diferenças não estão expressas apenas no espaço, afetando também regimes de normatividade, dinâmicas de vida cotidiana e estratégias de reprodução. Entretanto, a separação é apenas um primeiro momento. Ao mergulhar nos casos estudados, veremos como existe uma circularidade entre as diferentes posições no espaço, um atravessamento de diferentes

regimes normativos, uma complementaridade entre as várias dinâmicas de vida cotidiana e uma continuidade entre as estratégias de reprodução. Se há fronteiras que separam, como é da natureza delas, também há porosidades que permitem o seu atravessamento.

2. Pensando a reprodução social

A noção de reprodução social ganhou centralidade a partir da contribuição de teóricas feministas marxistas que, em um esforço intelectual coletivo, iniciaram as delimitações conceituais para se pensar a teoria da reprodução social (TRS). Nessa perspectiva, conforme definido por Bhattacharya (2017), reprodução social deve ser entendida como o conjunto complexo e contraditório de atividades e instituições que garante a reprodução de determinada sociedade, assegurando a geração, sustentação e sucessão de gerações – trata-se, por conseguinte, da reprodução tanto de indivíduos quanto do conjunto da sociedade. As formas de reprodução social são necessariamente históricas, isto é, transformam-se ao longo do tempo e são fortemente determinadas pelas limitações e possibilidades dadas por determinadas formas sociais. O capitalismo pode ser descrito como uma forma historicamente determinada de reprodução social, o qual se baseia na existência do trabalho assalariado e na produção de mercadorias. As pessoas vendem seu tempo de trabalho em troca de um salário, que, por sua vez, é usado para comprar mercadorias que foram produzidas por outros trabalhadores. Contudo, como discutem as autoras da teoria da reprodução social, um conjunto de práticas é sistemática e estruturalmente mantido fora do assalariamento e é, necessariamente, condição para a existência desse sistema (Vogel, 2022; Ferguson, 2019). Por exemplo, o trabalho doméstico, historicamente imputado às mulheres, embora não se realize como uma forma social propriamente capitalista, é necessário para a existência e reprodução ampliada do capital (Federici, 2018). Por isso, a TRS é fundamental para a compreensão dos meandros da reprodução do sistema.

Neste texto, inspiro-me sobretudo no trabalho da geógrafa Cindi Katz (2008; 2019), que discute as práticas materiais de reprodução social que se desenrolam no espaço. Segundo ela, esse conceito abrange as amplas práticas sociais materiais que sustentam a reprodução da vida social em todas as suas variações:

É a matéria da vida cotidiana, bem como as forças estruturantes, que constitui qualquer formação social. Sua temporalidade é ao mesmo tempo diária, geracional e de longa duração. Sua espacialidade é igualmente variada; não possui uma escala única, como o domicílio ou a comunidade, estando na verdade vinculada dialeticamente à produção em todos os lugares. Não é redutível ao consumo, à ideologia ou à formação da força de trabalho, mas abarca todos esses

elementos e muito mais em uma conglomeração fluída de práticas sociais materiais [...] realizadas por atores sociais em múltiplos contextos sociais [...]. (Katz, 2008, p. 18)

A definição de Katz (2008) amplia a compreensão do funcionamento do capitalismo, mostrando como as práticas de reprodução social, mesmo que invisibilizadas, são essenciais para a sua continuidade. Além disso, o conceito apresentado pela autora sustenta as múltiplas formas de reprodução social que determinada sociedade comporta. Trata-se, portanto, como Verdi (2023, p. 151) argumenta, de uma teoria que busca “compreender como a força de trabalho é produzida e reproduzida”.

Parto dessa definição para pensar as transformações da reprodução social. Se, como argumenta Kurz (2014), vivemos um momento de crise do trabalho, então é preciso considerar que formas historicamente definidas de reprodução social também entram em crise e que outras surgem no lugar, sem, no entanto, substituir o capitalismo – porém se reproduzindo no interior dele e dando condições para sua reprodução. Mesmo que o declínio das formas sociais não ocorra de forma uníssona em todo o mercado mundial, acredito que é possível notar transformações importantes tomando a periferia como ponto de vista. Afinal, historicamente, as estratégias de reprodução dos sujeitos periféricos envolviam uma série de gambiarras e virações, ou seja, uma complexa malha de práticas sociais que frequentemente não se inserem na forma do trabalho assalariado. À medida que avança a crise da sociedade do trabalho, a baliza que a forma do trabalho dava às expectativas de reprodução social das classes populares parece diminuir cada vez mais. Em seu lugar, surgem formas de reprodução de uma “vida sem salário” (Denning, 2010).

Dessa maneira, sigo aqui os argumentos de Verónica Gago (2018), que investiga uma nova paisagem proletária, marcada pelo não assalariamento. Trata-se de zonas de fronteira (Gago, 2018) ou de zonas cinzentas (Azaïs, 2012; Rizek, 2012), nas quais formas propriamente capitalistas de reprodução social se misturam com arranjos aparentemente arcaicos, mas que são as condições necessárias para o desenvolvimento da modernização e de seu colapso.

Para designar as estratégias de reprodução social dos sujeitos periféricos, uso a noção de *reprodução social crítica* como instrumento conceitual que busca compreender os meios e as práticas de reprodução social da “classe trabalhadora sem trabalho”. Ênfase a qualificação atribuída ao conceito: *crítica*. Não se trata de uma reprodução social que é crítica ao sistema, mas sim que se desenvolve no interior de uma crise. Afinal, por mais que se experimente a erosão das formas sociais impostas socialmente, a garantia da existência dos indivíduos e sua reprodução ainda são mediadas pelo dinheiro.

A partir do conceito de “emergências cotidianas” apresentado por Millar (2014), busco ressaltar, seguindo a autora, que a vida cotidiana numa periferia é atravessada recorrentemente por múltiplas formas de insegurança que impactam os modos de reprodução social. Desse modo, a reprodução social num contexto de “emergências cotidianas” tem que contornar situações adversas que “interrompem as rotinas diárias, os arranjos de vida estáveis e as redes de cuidados” (Millar, 2014, p. 45). Novos arranjos emergem, portanto, para lidar com essas emergências.

Por isso, como será visto nas seções seguintes, este texto tem como foco da análise da reprodução social crítica as estratégias que estão *fora* do trabalho, voltadas para a angariação de recursos financeiros mobilizados para a reprodução familiar. Esse recorte implica um enquadramento específico de toda a complexidade da reprodução social, mas permite compreender as transformações que ocorreram, especialmente nos territórios periféricos.

3. Transformações na reprodução social na periferia

A urbanização brasileira, assim como a de outros países de economia subalterna e dependente, assentou-se na reprodução de vastas periferias. Essa forma de urbanização chamou atenção da produção intelectual nos anos 1970, que acompanhou o crescimento das metrópoles brasileiras e o seu transbordamento: cidades inchadas, com uma enorme população autoproduzindo as suas casas e os seus bairros, em um franco processo de periferação. Uma urbanização sem industrialização capaz de absorver essa mão de obra migrante resultou num crescimento horizontal dos trabalhos informais e precários (Oliveira, 2003; Kowarick, 1980).

Esse processo é resultado da dinâmica da reprodução do capital num país periférico. A expropriação da população camponesa e o processo de urbanização não foram acompanhados pela constituição de uma sociedade de trabalhadores assalariados. O padrão de urbanização nos países periféricos está intimamente ligado à dinâmica da “industrialização de baixos salários” (Oliveira, 2003), que envolve a manutenção de uma parcela da população fora do mercado de trabalho formal, ajudando a reduzir os salários dos empregados. Conforme discutido na literatura sobre o assunto (Oliveira, 1972; Maricato, 1979; Kowarick, 1980), o padrão de industrialização que acontece de forma retardatária nos países dependentes já ocorre em um nível de desenvolvimento das forças produtivas que incorporam tecnologias poupadoras de mão de obra; assim, as migrações maciças da zona rural para as cidades promovidas pela tecnificação do campo acabam produzindo um excedente populacional do ponto de vista produtivo e, dessa forma, desenvolve-se um setor da economia dependente, que, embora conectado com os setores mais modernos, reproduz-se com base na informalidade do trabalho e na precariedade da reprodução.

Um de nossos interlocutores veio para a Região Metropolitana de Belo Horizonte em meados dos anos 1980. Nascido na Bahia, migrou para São Paulo e Rio de Janeiro e, finalmente, chegou a Belo Horizonte em busca de trabalho. Mesmo sem muito sucesso em seu périplo, Getúlio continuava se orientando por esse princípio. Atuou na construção civil e em oficinas mecânicas, mas quase sempre de modo informal, alternando algumas vezes com trabalhos com carteira assinada. Existia para ele um sentido no trabalho que mantinha sua vida “organizada” – atualmente, ele mantém, na garagem de casa, um pequeno bar, onde trabalha com a esposa.

É importante frisar aqui que, mesmo nesse cenário de parca integração, o trabalho continuava a figurar como princípio da mediação social. Segundo Cardoso (2014), é o trabalho – mesmo que escasso – que serve como atrator das expectativas de socialização,⁴ uma espécie de forma social almejada pelas pessoas, ainda que suas condições materiais de reprodução difiram substancialmente da expectativa.

O caso de Getúlio é ilustrativo porque representa a centralidade da categoria de trabalho nas decisões de vida. Contudo, conversando com ele, era perceptível que, embora se orientasse pelo princípio do trabalho assalariado, Getúlio teve que “se virar” de várias formas para garantir a reprodução de sua família. Em seu relato transparece uma série de práticas sociais que poderiam ser descritas, seguindo Oliveira (2003), como “arcaicas” – ainda que fossem fundamentalmente necessárias para o desenvolvimento capitalista. Apesar dos processos de urbanização e industrialização, certas relações e práticas sociais enraizadas em tradições históricas e normas culturais continuam a moldar a vida urbana e as atividades econômicas. Essas formas arcaicas de reprodução podem incluir economias informais, redes de parentesco, arranjos tradicionais de trabalho e práticas culturais que influenciam como os recursos são distribuídos. É importante destacar que todos esses métodos de reprodução aparentemente pré-modernos estão, na verdade, integrados e entrelaçados na dinâmica moderna da produção do espaço urbano nas sociedades periféricas (Oliveira, 1972).

A situação começa a mudar no nosso “fim de século” (Schwarz, 1999). A virada do século XX para o XXI foi marcada por uma profunda crise no sistema capitalista (Kurz, 2014), impactando o Brasil e erodindo seu ciclo desenvolvimentista (Schwarz, 1999). O horizonte de integração à cidadania laboral e a crença no trabalho como sinônimo de progresso entraram em declínio. Feltran (2011, p. 32-3) aponta para uma crise generalizada na década de 1990 e início dos anos 2000, nos

4. Cardoso (2014) escreve sobre como a expectativa de trabalho como possibilidade de integração social organizou a vida cotidiana da classe trabalhadora durante o século XX no Brasil. Essa “engenharia social” foi estruturada, segundo o autor, pelo governo Vargas.

campos do “emprego formal, do trabalho, do projeto de ascensão social, dos movimentos sociais, da família”. Schwarz (1999) observa a “desagregação do desenvolvimento” no Brasil, tendo a sociedade deixado de ser regulada pelo horizonte de expectativas de inclusão no mundo do trabalho. Mesmo um momento de relativa melhora nos índices de empregabilidade durante a primeira década dos anos 2000 não pode ser compreendido plenamente se não for considerada a alavancagem fictícia (Pitta, 2020) que permitiu esse crescimento e o fato de que os novos empregos gerados no período, em quase sua totalidade, não ultrapassavam um salário-mínimo e meio e apresentavam altíssimas taxas de rotatividade, terceirização, precarização e adoecimento no trabalho (Pochmann, 2014; Braga, 2017; Antunes, 2018). Mesmo nesse curto “voo de galinha”, a subutilização da força de trabalho⁵ não diminuiu e desde 2012 não parou de aumentar (IBGE, 2021).

Essa mudança é definida por Oliveira (2003, p. 164-6) como “trabalho sem forma” e pode ser compreendida como uma das manifestações da crise do trabalho. A nova morfologia do trabalho é resultado da “revolução molecular-digital” que gerou um contingente de trabalhadores excedentes, transformando-os em “uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente”.

No século XXI, a economia não oferece mais a promessa de emprego. Essa é a face mais evidente da crise do trabalho e, frequentemente, é subdimensionada pelas estatísticas oficiais (Botelho, 2023). A degradação social, segundo Schwarz (1999), não decorre da exploração capitalista, mas da “ausência dessa exploração”. Como cunhou o nosso presidente-sociólogo (Gielow, 1997),⁶ trata-se de “inempregáveis” que estão acantonados nas áreas periféricas das metrópoles brasileiras. A população periférica vive de bicos, na correria; são formas de reprodução marginais, informais e frequentemente fora da legalidade. Uma parcela significativa da população se torna uma *classe trabalhadora sem trabalho*. Desse modo, para sua reprodução social, mobilizam-se diferentes estratégias de sobrevivência. O atual estágio do “desenvolvimento” capitalista é marcado pela sua crise imanente. A dinâmica tautológica do capital produz um enorme excedente populacional que não é mais mobilizável para a valorização do valor (Kurz, 2014, 2018). Essa é a razão

5. A variável subutilização da força de trabalho é um conceito complementar ao monitoramento do mercado de trabalho além da medida de desocupação, pois não considera apenas a população que procura emprego, incorporando aquelas subocupadas por insuficiência de horas, as pessoas que estão fora da força de trabalho, como os desalentados, isto é, aqueles que desistiram de procurar emprego.

6. O então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 7 de abril de 1997, disse em uma entrevista: “O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’, por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las”.

para a generalização da precarização do trabalho, formal ou informal – na verdade, parece haver um deslocamento do primeiro em direção ao segundo, como indicou o presidente-capitão (Fernandes; Bilenky; Bragon, 2018).⁷

A história de outro interlocutor é ilustrativa desse novo momento. Douglas nasceu já nesse contexto de crise, em 1996. Cresceu num mundo onde a integração pelo trabalho já estava esgotada, sobretudo na periferia. Quando o conheci, ele estava terminando o expediente em seu “trabalho”, um lava-jato mantido na casa de um amigo. Ele estava “saindo da cana”, por ter “rodado por tráfico”. Quando completou 18 anos, Douglas foi trabalhar como caixa de supermercado. Ficou na profissão por três anos, mesmo sem muita perspectiva de crescimento e de melhoria de vida, até ser despedido, “assim, sem mais nem menos”. Procurou emprego por um tempo, mas em vão. Naquele momento, estava chegando ao Brasil o aplicativo Uber. Apesar de não ser um emprego formal, a Uber rapidamente começou a figurar entre as opções para a reprodução das pessoas, sobretudo as recém-despedidas – ao menos para aquelas que dispunham de um carro. Douglas já tinha sua carteira de motorista, mas não tinha um carro seu. Recorreu ao seu pai, mecânico, que estava com um Gol 1.0 ano 2012. Lavou o carro com cuidado em um final de semana e, com o cartão de crédito, encheu o tanque do veículo. Na segunda cedo, baixou o aplicativo em seu celular e disse “estou indo trabalhar”. O trabalho como motorista de aplicativo garantia certa condição para Douglas, que morava na casa dos pais – os quais tinham uma estabilidade financeira que lhe permitia “sair para curtir no baile”. O baile a que Douglas se refere é o baile funk da região, organizado por pessoas ligadas ao tráfico. Ali, entre uma garrafa de uísque ou de Skol Beats, conheceu os “meninos” e começou a rodar de Uber transportando drogas para eles, até que caiu numa *blitz* e “rodou”. Douglas não entra em detalhes sobre seu período na prisão, mas frisa: “Passei o inferno lá dentro”. Agora, responde em liberdade, com uso de tornozeleira eletrônica. Desde que foi preso, seu pai lhe pediu que saísse de casa e nunca mais falou com ele – ainda que tenha pagado, com as pequenas economias da família, o advogado que conseguiu soltá-lo. Assim, Douglas mora no barracão de fundo do amigo que mantém o lava-jato onde trabalha.

Como visto no caso de Douglas, trata-se de aprender a “arte do contornamento” (Telles, 2011), que permite ao indivíduo navegar por diferentes regimes normativos (Feltran, 2011), entre o trabalho formal e o informal, entre práticas legais e ilegais.

7. Em uma reunião com deputados aliados no dia 12 de dezembro de 2018, Jair Messias Bolsonaro afirmou: “a legislação trabalhista vai ter que se aproximar da informalidade”.

A realidade de jovens como Douglas, que nasceram num contexto de crise do trabalho, convive com a realidade da viração (Gregori, 2000; Abílio, 2018). Esta pode ser definida, segundo Gregori (2000), como um conjunto de estratégias de mobilização de recursos para garantir a subsistência, que passa por trabalhos informais, mendicância e atividades ilícitas, entre outras. Abílio (2018) ressalta que essa característica constitutiva da classe trabalhadora brasileira tende a se generalizar no momento contemporâneo.

Douglas saiu de um emprego formal para o desemprego, do desemprego para um trabalho plataformizado sem direitos (o qual combinou com atividades ilegais) e atualmente garante sua renda graças a um trabalho informal e altamente precarizado. O caso de Douglas ilustra o que a literatura sobre o tema já discutiu: a entrada no mundo do crime lhe permitiu garantir recursos não apenas para ajudar na casa dos pais, mas para ter um dinheiro próprio, divertir-se e acessar outras redes de sociabilidade. Douglas, como muitos que iniciam no mundo do crime, independentemente da sua localização geográfica e da forma de estruturação das organizações criminosas, “veem-se como trabalhadores, não como bandidos” (Amorim; Feltran, 2023, p. 23-4). Eles não cumprem todo o *éthos* da bandidagem, mas interagem de forma pragmática com esse universo, que se estrutura em relações de amizade e vizinhança e em momentos de necessidade e urgência (Beraldo, 2022). Ademais, a história de vida de Douglas indica que o mundo do crime não opera apenas por acordos coagidos e extorsões violentas; a adesão de muitos dos seus trabalhadores ocorre como forma de melhorar suas condições de vida. Como esclarecem Amorim e Feltran (2023, p. 35): “O empreendimento criminal, então, ganha viabilidade justamente quando é articulado, e não oposto, às demais possibilidades de ordenamento social”.

O horizonte proporcionado pelo mundo do crime é um substituto da perspectiva de integração à cidadania laboral. Tal perspectiva ruiu rapidamente na virada do século XX para o XXI. O sonho da inclusão pelo trabalho se limitou fortemente. Essa moral do trabalho parece ter validade para o pai de Douglas, que nunca aceitou a entrada do filho no mundo do crime, mas para Douglas a questão era muito mais complexa.

Se a reprodução social periférica se baseava historicamente no trabalho como polo atrator das expectativas, a geração nascida no século XXI convive com a realidade da crise (Feltran, 2011). Seus modos de vida foram moldados por essa realidade, obrigando a reconfiguração das alternativas de reprodução social nas periferias e a atualização das formas de “sobreviver na adversidade” (Hirata, 2017). Para tanto, assim como fez Douglas, diversas estratégias são mobilizadas para garantir o recurso financeiro necessário à sobrevivência.

A história de Douglas também é indicativa de como a reprodução social em territórios periféricos se transformou. Em sua pesquisa sobre o bairro Jardim Ibirapuera, na zona sul de São Paulo, Giavarotti (2018) indica fenômenos semelhantes: uma generalização da crise do trabalho que implica o empobrecimento da população e o aparecimento de múltiplas estratégias reprodutivas. Segundo o autor, trata-se de um momento em que a tensão do capitalismo se torna evidente, pois, de um lado, “a reprodução social tornou-se inteiramente monetarizada” (Giavarotti, 2018, p. 206) e, de outro, os sujeitos têm as condições objetivas de acesarem dinheiro cada vez mais bloqueadas. Também estudando a periferia de São Paulo, mas na zona leste, Elisa Verdi (2023) percebe como os modos de reprodução social nas periferias são desafiados pela mercantilização do espaço. Abordando em especial a questão da mulher periférica, Verdi percebe como a privação do urbano⁸ se impõe nas práticas de reprodução social periféricas.

A reprodução social contemporânea das periferias ocorre majoritariamente por meio de “gambiarras”, “virações” e uma complexa malha de práticas sociais que ultrapassam a socialização do valor mas continuam submetidas ao seu imperativo decadente, isto é, completamente monetizadas. Caldeira (2022) ressalta a condição de transitoriedade a que os jovens periféricos estão sujeitos. Poderia, nesse sentido, afirmar que o trabalho com carteira assinada sofre um deslocamento e não é mais o objetivo unidimensional desses jovens, que ganham a vida muito além da “venda do tempo de trabalho”. Entretanto, ao mesmo tempo, esses jovens não vivem uma experiência de ascensão social. Caldeira (2022) se refere a “deslocamentos laterais” para designar essa situação de transitoriedade sem progresso. Portanto, esses sujeitos vivem a crise diretamente, e as condições de reprodução se degradam rapidamente.

Diante da inexistência de garantias de reprodução social baseada na socialização do valor, a classe trabalhadora sem trabalho encontra formas precárias de garantir essa reprodução, a reprodução social crítica, que, ao mesmo tempo, continua presa ao invólucro da mercadoria e, portanto, dependente do acesso ao dinheiro.

4. Geografias da reprodução social crítica

Como sobrevivem cotidianamente os *trabalhadores sem trabalho*? O que significam, portanto, as formas de reprodução de, na expressão de Denning (2010), uma “vida sem salário”?⁹ Aqui, abundam as categorias nativas que tentam des-

8. A privação do urbano se refere à condição daqueles que participam da produção social do espaço urbano mas que, por conta do instituto da propriedade privada, são alienados desse produto. Para mais, conferir Verdi (2023, p. 44-6).

9. Vale ter em conta o que escreve Denning (2010, p. 79): “No capitalismo, a única coisa pior do que ser explorado é não ser explorado. Desde os primórdios da economia salarial, a vida sem salário tem sido uma calamidade para aqueles despossuídos dos meios de subsistência”.

crever a reprodução não assalariada: “viração”, “correria”, “entre uma fita e outra”, “pulando de bico em bico”, “fazendo frilas”, “batalhando”, “lutando” etc. Esse conjunto de práticas de reprodução envolve a mobilização de diferentes estratégias que transitam nas tênues fronteiras entre o legal e o ilegal e entre o formal e o informal (Telles, 2011). Trata-se, portanto, de respostas reprodutivas às várias “emergências cotidianas” (Millar, 2014).

O andamento da pesquisa tem apontado para formas de reprodução social particulares que parecem estar assimiladas à condição periférica em que nossos interlocutores vivem. Chamo de *reprodução social crítica* a forma de reprodução social específica que se desenvolve no contexto de crise. Trata-se de uma forma de acessar *dinheiro*, pois esses indivíduos foram transformados em sujeitos monetários; contudo, dada a maneira de inserção precária em que vivem, estão bloqueadas as condições objetivas de acessar esse dinheiro por meio da relação capital-trabalho.

Desse modo, a classe trabalhadora sem trabalho mobiliza diferentes estratégias para garantir sua subsistência. Por isso, nos relatos que apresento aqui, as pessoas estão “se virando para fazer o seu”, como descreveu um dos interlocutores. As diferentes estratégias de reprodução social também são origem a diversos modos de (re)produção do espaço; afinal, como escreve Verdi (2023, p. 140), “o espaço é o *meio* das atividades de reprodução social”. Nesse contexto, identidades distintas estão em relação, diversos sentidos de mundo são construídos, e concepções conflitantes de normatividade coexistem. Essa constatação revela um cenário caleidoscópico. Por isso, falo em geografias (no plural).

A maneira como utilizo a noção de *geografias da reprodução social crítica* se diferencia da apresentada por Gray (2022). Para o autor, as geografias da reprodução social envolvem as infraestruturas físicas que suportam o trabalho reprodutivo.¹⁰ Dessa forma, Gray destaca como essas geografias materiais desempenham um papel crucial no apoio e na formação do trabalho de reprodução social, ressaltando a importância de formas construídas, como moradias, escolas, instalações de saúde e outros edifícios de serviços sociais no processo. Para mim, as geografias da reprodução social crítica vão além do ambiente construído e da disponibilidade de infraestrutura. Envolvem a espacialidade que as pessoas que vivem na periferia (re)produzem cotidianamente, incluindo, sim, o aspecto físico e a disponibilidade da infraestrutura, mas também as práticas espaciais (ações e dinâmicas sociais

10. Nas palavras de Gray (2022, p. 816): “Por geografias materiais de reprodução social, refiro-me às infraestruturas de reprodução social que tomam forma construída no ambiente urbano (moradia, escolas, transporte, hospitais, centros de saúde, creches, instalações de lazer e outros edifícios e instalações de serviços sociais)”.

cotidianas que ocorrem no espaço e por meio das quais se produz e reproduz a sociedade, garantindo a continuidade e a coesão do espaço social), as representações do espaço (a conexão entre as práticas espaciais e as estruturas sociais e seus códigos e sinais, que refletem a ordem social e a dinâmica de poder, influenciando como os indivíduos percebem o espaço e interagem com ele) e os espaços de representação (a combinação entre o simbólico e a existência material, que constitui a matriz de sentido que orienta a experiência vivida) (Lefebvre, 1991).¹¹

Para fins deste texto, apresentarei relatos etnográficos que misturam diferentes estratégias de reprodução social crítica. Cada uma das pessoas apresentadas aqui mora em uma das áreas identificadas anteriormente. Veremos que elas atravessam diferentes regimes normativos e mobilizam estratégias variadas de reprodução social crítica.

4.1. Microempreendedoras beneficiárias e endividadas

Milhares de brasileiros e brasileiras que vivem nas periferias urbanas começaram a empreender. Frequentemente, mobilizam a propriedade fundiária para transformar a casa também em algum negócio: salão de cabeleireiro, oficina, bar e restaurante, entre outros. É o caso de Maria e Isa, mãe e filha, moradoras do loteamento. Ambas trabalham como costureiras, entre peças de roupa, restos de tecido e máquinas de costura. Elas se definem como “batalhadoras, graças a Deus”: trabalham muito e ganham pouco. Trabalham juntas: a mãe é “pilotista” (trabalha com a máquina), e a filha é “arrematista” (responsável por finalizar as peças). Maria já tinha costume de trabalhar com costura desde que desempenhou um serviço de doméstica nos anos 1980. Fez curso e trabalhou em lojas especializadas, até ser despedida em 2003 e virar autônoma.

Isa buscou trabalho assim que se formou no Ensino Médio. Sua vida profissional foi marcada por interrupções e pela típica alta rotatividade. Nos últimos anos, trabalhou como caixa de supermercado num bairro da zona sul de Belo Horizonte, mas foi despedida. Atualmente, faz um curso profissionalizante no Sebrae visando empreender: “Eu estava com um projeto de abrir uma loja. Ela produzindo as roupas, porque ela sabe fazer de tudo, e eu vou vender”.

O discurso do empreendedorismo permeia as periferias brasileiras. “Empreender” se tornou uma “categoria nativa” (Costa, 2022). Essa noção se enraíza no dia a dia, servindo como ferramenta para explicar as práticas de trabalho autônomo, da viração (Abílio, 2018), como no caso de Maria e Isa, que buscam na costura uma alternativa de renda.

11. Por motivos de limites deste texto, esse assunto não será desenvolvido, devendo ser objeto de reflexões e publicações ulteriores.

Empreender na periferia se torna, portanto, uma estratégia de sobrevivência em um contexto marcado pela despossessão e pela expropriação. Apesar da dependência do mercado, o empreendedorismo também carrega consigo uma “utopia de liberdade” (Costa, 2022), servindo como um contraponto possível às “batalhas” diárias enfrentadas pelos indivíduos periféricos (Fontes, 2024). Há, nos relatos coletados por Costa (2022), uma dialética entre sofrimento e utopia. Trata-se, segundo o autor, de uma tentativa de superar o trabalho alienado e indigno enfrentado diariamente pelas classes populares há gerações. O empreendedorismo popular se situa “na intersecção entre a ética individualista do trabalho por conta própria e do pequeno comércio tradicionais, de um lado, e a utopia libertadora prometida pelo discurso empreendedor mais moderno de outro” (Costa, 2022, p. 42). O discurso de Isa, sobretudo, é saturado da tensão entre utopia e sofrimento do empreendedorismo popular: ela se lamenta por não “estar fichada”, isto é, não ter um emprego formal – porque dá mais segurança –, mas também não estava satisfeita com as “cobranças do chefe”, que, segundo ela, eram pesadas demais. Agora ela quer empreender com a mãe e ressalta: “É muito trabalho! De manhã, de tarde e de noite! A gente não para”. Ao mesmo tempo, projeta uma expectativa alta de quando o novo negócio der certo: “Aí se funcionar, aí sim, aí sim o trem fica bom para a gente, né, mãe?”.

Certamente, o fato de Maria ser uma proprietária de um imóvel com segurança de posse permite um esteio para toda a família. Isa chegou a morar de aluguel com o ex-marido no terreno da ocupação menor na área de estudo; no entanto, quando ele foi preso, ela pôde voltar para a casa da mãe. O fato de não pagarem aluguel, nem para morar nem para trabalhar por conta própria, flexibiliza as possibilidades de utilização dos escassos recursos que entram pelo empreendimento.

Maria e Isa tiram R\$ 500 mensais do seu trabalho com a costura, prestando serviço de pequenos reparos. Elas contam com o Bolsa Família e com a ajuda financeira do outro filho de Maria, que trabalha em uma mecânica de motos. As duas são frequentadoras do Centro de Referência de Assistência Social (Cras). A família de Maria e Isa é uma das 9 mil famílias inscritas atualmente no equipamento do bairro, que atende muito mais do que sua capacidade física e de pessoal suportam. Wilma, coordenadora do Cras, esclarece: “A gente teve que abranger mais essa demanda aqui no Cras, então a gente teve que... digamos assim: colocar água no feijão para conseguir atender”. Com essa superlotação, os serviços se precarizaram e a qualidade do atendimento caiu.

A maior parte da atuação do Cras hoje envolve regularizar, atualizar ou iniciar o Cadastro Único (CadÚnico) para acessar programas de transferência de renda do governo federal. Apesar da ausência de dados objetivos, estima-se que cerca de 80% dos atendimentos do Cras sejam voltados para questões relativas ao CadÚnico.

Como a renda da família de Maria e Isa é muito baixa, elas dependem das políticas de transferência de renda do governo, além de outras ações de solidariedade conduzidas pela Igreja, por ONGs ou por outras entidades. Embora um cálculo de orçamento familiar indicasse a dependência dessas políticas, elas as descrevem como uma “ajuda do governo”. Essa forma de perceber os programas de assistência também é indicativa da realidade atual. Bello (2016, p. 181) confirma essa descrição em sua pesquisa, que colheu a percepção de beneficiários sobre o Bolsa Família. Segundo o pesquisador, o termo “ajuda” era frequentemente utilizado para descrever “apoio importante, mas não a ponto de implicar melhoria decisiva em suas vidas”. Além disso, essa forma de compreensão parece indicar que as políticas assistenciais não são percebidas como um direito social do cidadão. Assim, parece que mais reproduzem a condição hodierna do que apontam para caminhos de sua superação. Essa é a lógica do assistencialismo de crise¹² em que famílias como a de Maria e Isa estão enredadas.

Além disso, em um dos encontros posteriores, Maria e Isa contaram que fizeram um empréstimo para tentar estruturar o empreendimento. A família, com renda mensal de cerca de R\$ 500 e com o apoio de políticas de assistência, conseguiu um empréstimo de R\$ 3.000. “A gente foi lá e pegou o dinheiro emprestado, aí a gente comprou o tecido, foram vários, para a gente começar a produzir”, conta Isa. Perguntei de onde pegaram o dinheiro emprestado e elas responderam: “Não, não foi de banco não, foi desses anúncios. Financiadora que fala, né?”. Pedi para ver o contrato que fecharam e ela me mostrou no celular – foi tudo feito digitalmente, por WhatsApp, ainda que o anúncio a que ela se refere estivesse pregado, repetidas vezes, nos postes do bairro. Os juros que incidirão sobre o empréstimo, com prazo de 12 meses para pagamento, são de 8% ao mês. Para esse empréstimo, elas se comprometem a pagar R\$ 398,09 ao mês, o que totalizará R\$ 4.777,02.

Esse tipo de arranjo em território periférico é comum, pois o “nome sujo” e uma “baixa pontuação de crédito” impedem essas pessoas de acessarem as instituições bancárias e financeiras estabelecidas. Dessa maneira, se Maria e Isa recorreram à financiadora de pequeno porte, outras situações são comuns, como o uso de cartão de crédito de familiares e amigos ou até mesmo a utilização dos serviços de agiotas.

12. Com essa noção, ressalto sobretudo as múltiplas instituições, formais e informais, que atuam na prestação de assistência para essas famílias no contexto de crise. Por motivos de espaço e escopo deste texto, não as abordarei em detalhes, visto que este tema foi objeto de outro texto; conferir Canettieri (2024).

4.2. Atravessamentos entre ação comunitária e renda da terra

Zé Geraldo é um dos primeiros moradores do bairro. Ele estava na ocupação de sem-teto que a prefeitura realocou para o local. Seu discurso é permeado por referências da luta por moradia: “É isso, a gente lutou; lutou muito mesmo para estar aqui hoje. Foi com muita organização, muita reunião, muita manifestação. Brigamos, mas valeu a pena”, descreve. A casa de Zé Geraldo fica num lote de esquina, uma das primeiras a ser construída. Inicialmente, seguiu o projeto proposto pela prefeitura: uma casa no centro do lote, com um quarto, um banheiro, uma cozinha e uma sala. Entretanto, como o lote era grande, construiu dois barracões de fundo. Um tem um quarto, sala integrada com a cozinha e um banheiro; o outro tem um único cômodo que cumpre todas essas funções.

A filha de Zé Geraldo morou no barracão maior quando resolveu “juntar com o namorado”, dizia: “Mas esse daí não era gente boa não, estava envolvido com tráfico. Acabou preso”. Em 2007, a filha se casou e se mudou para Brasília com o novo marido, que, segundo Zé Geraldo, “é homem direito”. Nesse mesmo barracão agora vive Samuel, que se envolveu com o “corre” de onde ele vivia e teve que “sair vazado”. Zé Geraldo explica que Samuel é filho de um colega de trabalho: “Como o pai dele é meu amigo, faço um preço especial”. Essa descrição já dá indícios da proximidade que existe entre a figura de quem “participa do corre” e a de quem “é homem direito”.

Pelo outro barracão já passaram várias pessoas: “Ah, já aluguei para um tanto de gente. Tem pessoa que fica dois meses e vai, né? As pessoas querem casa própria mesmo”. Com os dois barracões, Zé Geraldo consegue R\$ 700 por mês: “É bom, né? Dá para pagar os comes e bebes”.

O discurso da luta por moradia é frequentemente apresentado como antagônico às práticas de mercado. A trajetória habitacional de Zé Geraldo, ex-integrante do movimento, demonstra a complexidade dessa relação. Sua narrativa evidencia a importância da luta por moradia para ele e sua família, marcada por elementos de união e ação coletiva. No entanto, após a conquista da casa própria, “com muita luta”, as práticas de reprodução social se adaptaram ao espaço conquistado pelo movimento social. O resultado da luta se traduziu na posse de um terreno e na transformação do barracão de fundo em fonte de renda familiar por meio do aluguel. A prática de Zé Geraldo não é nenhuma novidade. Muitas autoconstruções na periferia produzidas para abrigar famílias são adaptadas para acolher também outra família no mercado informal de aluguel.

Para muitas famílias, comprar um imóvel é inviável, e mesmo a autoconstrução pode demandar um dispêndio financeiro incompatível com a renda familiar. Os baixos rendimentos limitam as possibilidades, tornando o aluguel uma saída recorrente. Para as famílias inquilinas, o aluguel pode significar uma subtração de

recursos, porém muitas vezes esse gasto é o que melhor se encaixa na realidade familiar em termos de disponibilidade de dinheiro.

Mesmo as famílias que investem na produção para aluguel em geral dependem dessa fonte para complementação de renda e para o sustento familiar. Bonduki e Rolnik (1979, p. 68) já davam indícios desse processo: “uma das únicas e a mais frequente forma de investimento possível, dentro de suas possibilidades, que acrescenta uma renda suplementar ao seu salário e que não está sujeita a oscilações existentes devido à instabilidade no emprego”. Paolinelli (2023) argumenta que a propriedade compõe um fundo de trabalho da família mobilizado para compor a renda de que necessitam, e, dessa maneira, se reproduz uma lógica “rentista de baixo”.¹³ A propriedade de um imóvel, descreve Paolinelli (2023), mesmo informal e sem validade jurídica, parece ser uma forma pertinente que os grupos periféricos encontraram para garantir uma renda (*income*) a partir da apropriação de uma renda fundiária (*land rent*) advinda da propriedade privada de um imóvel periférico, formal ou informal.

4.3. Família, crime e terra

Fernanda, 42 anos, mora na ocupação mais recente da área de estudo. Seu filho, Carlinhos, comprou a casa para a mãe. Antes disso, Fernanda sempre morou com os pais. Naquela casa, comprada pelo seu pai em 2003 na área do loteamento, moravam nove pessoas (o pai e a mãe, ela própria, quatro irmãos mais novos, seu filho e sua filha). Ela explica que, se por um lado era “bom porque as contas ficavam bem mais baratas”, por outro o excesso de gente limitava muito a vida cotidiana: ausência de privacidade, brigas e quartos superlotados.

Desde que mudou para a casa, a família de Fernanda fez uma série de reformas. Ela explica: “Mas a gente vai dando o jeitinho, sabe? A gente faz um puxadinho ali, levanta uma parede aqui”. Mesmo convivendo com empregos precários e virações, o fato de estarem todos juntos permitia que o dinheiro fosse usado nas melhorias habitacionais. Ainda que lentamente, a casa ia se adaptando, sem, no entanto, resolver a condição de habitabilidade muito difícil com que Fernanda e sua família conviviam. Chama atenção, na narrativa da interlocutora, a centralidade da família, que opera como um amortecedor dos trabalhos e bicos precários, produzindo uma convergência dos recursos para garantir a reprodução social de todos. A convivência, contudo, resultava em muitos conflitos.

13. Paolinelli (2023) utiliza a expressão para ressaltar a forma específica como as classes populares se relacionam com a propriedade fundiária nos territórios periféricos onde a renda fundiária é utilizada pelo autoempreendedor como fundo de trabalho, complementando os salários e/ou substituindo uma previdência.

Seu filho mais velho foi o primeiro dos nove moradores a sair da casa, em 2018. Foi morar com uns amigos que ocuparam terras numa região próxima que veio a se consolidar, a partir da ação de movimentos sociais, como uma área de ocupação urbana em luta por moradia. Carlinhos estava envolvido com o tráfico varejista. Seus amigos eram os donos de uma das bocas locais.¹⁴ Rapidamente, Carlinhos “começa a fazer grana”. Afinal, o mundo dos negócios ilícitos e violentos remunera melhor que os bicos e os trabalhos precários. Como demonstra Feltran (2019), os ganhos possíveis com as economias ilícitas (e suas ligações com as economias lícitas) são importantes na adesão de jovens periféricos aos postos de trabalhos no varejo de drogas.

“Apesar de estar no corre”,¹⁵ esclarece Fernanda, “é um menino muito bom, cuida da família”. O mundo do crime se tornou um modo de ordenamento da vida cotidiana periférica (Feltran, 2011), e, nesses territórios, a distinção entre trabalhadores e bandidos, tão recorrente no senso comum “do asfalto”, é bastante porosa. O dinheiro do crime obtido por Carlinhos ajudava na manutenção de toda a família.

Uma ocupação de terras como aquela em que Fernanda vive corresponde também à ativação de um mercado informal de terras. Trata-se da abertura de uma nova fronteira de expansão de imóveis que não apenas suprem a necessidade de famílias sem-teto, mas também possibilitam que mercados imobiliários funcionem, como visto anteriormente.

Foi Carlinhos quem, em 2021, comprou a casa onde a mãe e a irmã moram hoje. “Ele juntou uma grana, e aí viu que estava vendendo essa casa, já assim, desse jeito. Está faltando algumas coisas, né, mas foi uma oportunidade boa. Ainda mais agora que a prefeitura vai dar o terreno para as pessoas, né?”. A área está passando por um processo de regularização fundiária.

O dinheiro que Carlinhos recebe trabalhando no varejo das drogas foi suficiente para comprar uma casa. Mesmo que a família ainda seja, no relato de Fernanda, um pilar fundamental na colaboração mútua para o sustento cotidiano de seus membros – tanto que a casa em que Fernanda mora está a cerca de 120 metros da casa da família –, essa narrativa revela a relação que pode existir com os modos de normatividade e legitimidade construídos pelo mundo do crime. A economia ilícita do tráfico de drogas movimentava grandes volumes de dinheiro, que, em muitos casos, são investidos em imóveis, impulsionando o mercado informal. A compra de imóveis também pode ser vista como uma forma de prática especulativa,

14. É importante ressaltar que a estruturação do mundo do crime em Belo Horizonte é fundamentalmente diferente das organizações criminosas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Sobre isso, conferir Beraldo (2022).

15. “Estar no corre” é um modo popular de designar o envolvimento com o varejo do tráfico de drogas.

já que, diante do horizonte da regularização fundiária promovida pela prefeitura, Fernanda vê a compra do imóvel como “uma boa oportunidade”. Se por um lado tal regularização resultará em maior segurança de posse e melhores condições de habitação para Fernanda e sua filha, ela sabe muito bem que essa formalização do regime de propriedade afetará o preço praticado, promovendo ganhos financeiros.

5. Produzindo espacialidades críticas

Os casos apresentados indicam as várias estratégias de reprodução social crítica que se combinam para que seja possível “sobreviver na adversidade” (Hirata, 2017) da periferia e da crise. Sem o amálgama da forma do trabalho que garantia alguma coesão, mesmo que no direcionamento das expectativas, agora as pessoas se viram das mais variadas maneiras, compondo diferentes fontes de recursos e meios de se reproduzirem.

Olhar para a prática espacial na dimensão do cotidiano é uma maneira profícua de compreender as novas espacialidades produzidas nas periferias como resposta à crise, ainda que precárias, circunstanciais e improvisadas. O que espero ter ressaltado suficientemente ao longo do texto é que a reprodução social nos espaços periféricos é uma condição para a reprodução do capital em seu momento de crise, que transforma suas formas de dominação sobre a população periférica (Canetti, 2020). Trata-se de experiências cotidianas que ocorrem aquém e além dos marcos da socialização do valor, ainda que dominadas por essa forma social.

O que apresento como reprodução social crítica designa as várias estratégias mobilizadas pelas pessoas que vivem na periferia para garantirem sua reprodução. Abarca, portanto, formas de mobilização da propriedade privada para microempreendimentos ou para aluguéis, realização de “gatos”, geração de autossustento a partir da terra, trabalho feminino gratuito, trabalho precarizado, renda oriunda de salário e envolvimento com atividades ilícitas. A sobrevivência na economia de mercado desses trabalhadores sem trabalho envolve a mobilização de recursos a partir de atividades que, em primeira instância, estariam conectadas à reprodução social. Como observado nos casos aqui descritos, ocorre uma espécie de monetização dessas atividades (a costura, a autoconstrução de um barracão de fundo ou a negociação de terrenos que utiliza o dinheiro do crime) como meio de garantir acesso ao dinheiro necessário para a reprodução das pessoas.

É a reprodução social crítica que garante certa unidade dos espaços periféricos como o produto e a condição da perpetuação do colapso das formas historicamente determinadas de mediação social. Dessa maneira, as periferias são os locais onde a precariedade se constitui como parâmetro da reprodução social. Essa realidade, embora sempre presente na periferia, parece se tornar mais hegemônica

à medida que avança a transformação do tecido social decorrente do aprofundamento da crise do capital. Ao mesmo tempo, esse processo produz, como visto, um conjunto heterogêneo de práticas de reprodução social.

A dimensão do cotidiano se torna, portanto, um ponto de vista privilegiado para compreender as transformações ocorridas na prática espacial. As várias estratégias de reprodução social crítica se integram ao momento contemporâneo da “urbanização crítica” (Damiani, 2004, 2000). É na vida cotidiana que se dá a fricção entre a mediação da ordem distante e a da ordem próxima (Lefebvre, 2014), gerando tensões e conflitos. O contexto de crise em que vivemos faz que esse choque produza variadas formas de reprodução social crítica, como resultado das experimentações e gambiarras inventadas e reinventadas pelas pessoas. A existência determinada pelo dinheiro, ao mesmo tempo que bloqueia as condições objetivas de acesso a ele, produz formas de vida tão particulares quanto diversas. O encontro do imperativo da sociabilidade do dinheiro com a impossibilidade de sua realização faz emergir o conjunto complexo das diferentes geografias materiais da reprodução social crítica. A constelação de estratégias mobilizadas para a reprodução social das populações periféricas está intrinsecamente conectada ao momento contemporâneo da reprodução do capital, que atinge seu limite interno e absoluto, agravando a crise.

Nesse contexto, a reprodução social crítica se realiza nos tênues limites entre o legal e o ilegal, o formal e o informal. Ou seja, a reprodução social crítica opera nas fronteiras, muitas vezes indiscerníveis, entre vários regimes normativos e de legitimidade, envolvendo um complexo arranjo de aparatos e instituições formais e informais e produzindo os espaços heterogêneos e fragmentados das periferias urbanas.

Referências

- ABÍLIO, L. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. *Margem Esquerda*, n. 31, p. 53-9, 2018.
- AMORIM, A. N.; FELTRAN, G. Ordem e progresso: expansão do mundo do crime e projetos de mobilidade. *Novos Estudos Cebrap*, v. 42, n. 1, p. 21-38, 2023.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AZAÏS, C. As zonas cinzentas do assalariamento: proposta de leitura do emprego e trabalho. In: AZAÏS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. *Ilegalismo, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- BELLO, C. Percepções sobre pobreza e Bolsa Família. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Orgs.). *As contradições do lulismo: a que pontos chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

- BERALDO, A. *Negociando a vida e a morte: Estado, Igreja e crime nas margens urbanas*. São Carlos: EdUFSCar, 2022.
- BHATTACHARYA, T. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. *Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: FAU-USP, 1979.
- BOTELHO, M. Negacionismo da crise. *YouTube*, 14 ago. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oB1KR6UWeIM>. Acesso em: 18 out. 2024.
- BRAGA, R. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CALDEIRA, T. Peripheral Urbanization: Autoconstruction, Transversal Logics and Politics in Cities of the Global South. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2017.
- _____. Transitoriness: Emergent Time/Space Formations of Urban Collective Life. In: AMIN, A.; LANCIONE, M. (Orgs.). *Grammars of the Urban Ground*. Durham: Duke University Press, 2022. p. 155-74.
- CANETTIERI, T. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.
- _____. Geografias da reprodução social crítica: fraturas e fronteiras em territórios periféricos durante a crise. In: BARBOSA, R.; ALMEIDA, N. L. (Orgs.). *Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida*. Curitiba: CRV Editora, 2023.
- _____. *Periferias, reprodução social crítica e urbanização sem salário*. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2024.
- CARDOSO, A. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- COSTA, H. *Um lugar ao sol: utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano*. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- DAMIANI, A. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. *Terra Livre*, n. 15, p. 21-37, 2000.
- _____. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DENNING, M. Wageless Life. *New Left Review*, n. 66, p. 79-97, 2010.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante, 2018.
- FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- _____. O valor dos pobres: a aposta do dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Cadernos CRH*, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.

- FELTRAN, G. Economias (i)lícitas: uma perspectiva etnográfica. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2019.
- FERGUSON, S. *Women and Work: Feminism, Labour and Social Reproduction*. London: Pluto Press, 2019.
- FONTES, L. Between Dreams and Survival: The (Dis)Embeddedness of Neoliberalism among Entrepreneurial Workers from São Paulo's Peripheries. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 48, n. 3, p. 506-22, 2024.
- GAGO, V. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.
- GIAVAROTTI, D. *Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- GIELOW, I. Economia cria “inempregáveis”, diz FHC. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8 abr. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fco80427.htm>. Acesso em: 24 nov. 2024.
- GRAY, N. Rethinking Italian Autonomist Marxism: Spatial Composition, Urban Contestation and the Material Geographies of Social Reproduction. *Antipode*, v. 54, n. 3, p. 800-25, 2022.
- GREGORY, M. F. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HALL, S. Social Reproduction as Social Infrastructure. *Soundings*, n. 76, p. 92-4, 2020.
- HIRATA, D. *Sobrevivendo na adversidade: mercados e formas de vida*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.
- HOLSTON, J. Autoconstruction in Working-Class Brazil. *Cultural Anthropology*, v. 6, n. 4, p. 447-65, 1991.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Divulgação especial: medidas de subutilização da força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- KATZ, C. Bad Elements: Katrina and the Scoured Landscape of Social Reproduction. *Gender, Place and Culture*, v. 15, n. 1, p. 15-29, 2008.
- _____. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. *Geosp: Espaço e Tempo*, v. 23, n. 2, p. 435-52, 2019.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- KURZ, R. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.
- _____. *A crise do valor de troca*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publisher, 1991.
- _____. *Critique of Everyday Life*. London: Verso, 2014.

- FERNANDES, T.; BILENKY, T.; BRAGON, R. Lei trabalhista tem que se aproximar da informalidade, diz Bolsonaro. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/lei-trabalhista-tem-que-se-aproximar-da-informalidade-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 24 nov. 2024.
- MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil urbano*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- MILLAR, K. M. The Precarious Present: Wageless Labor and Disrupted Life in Rio de Janeiro, Brazil. *Cultural Anthropology*, v. 29, n. 1, p. 32-53, 2014.
- OLIVEIRA, F. *Crítica da razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAOLINELLI, M. *Ocupar, alugar, ocupar: rentismo de baixo e organização popular na produção da cidade*. 2023. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
- PITTA, F. O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. *Sinal de Menos*, n. 14, v. 1, p. 38-145, 2020.
- POCHMANN, M. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RICHMOND, M.; KOOPER, M.; OLIVEIRA, V. C.; PLACENCIA, J. Espaços periféricos, ontem e hoje. In: RICHMOND, M.; KOOPER, M.; OLIVEIRA, V. C.; PLACENCIA, J. *Espaços periféricos: política, violência e território nas bordas da cidade*. São Carlos: EdUFSCar, 2020.
- RIZEK, C. Trabalho, moradia e cidade: zonas de indiferenciação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 78, p. 41-51, 2012.
- SCHOLZ, R. *Marxismo, feminismo, teoria crítica hoje ... e a crítica da dissociação-valor*. 2022. Disponível em: https://www.obeco-online.org/roswitha_scholz39.htm. Acesso em: 3 abr. 2024.
- SCHWARZ, R. Fim de século. In: SCHWARZ, R. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- STREULE, M.; KARAMAN, O.; SAWYER, L.; SCHMID, C. Popular Urbanization: Conceptualizing Urbanization Processes beyond Informality. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 44, n. 4, p. 652-72, 2020.
- TELLES, V. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2011.
- VERDI, E. *A privação tem rosto de mulher: gestão da pobreza e segregação socioespacial na periferia de São Paulo*. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- VOGEL, L. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Thiago Canettieri

Geógrafo, mestre e doutor em Geografia. Professor do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador dos grupos *Criticar* (Crise, Trabalho, Capital e Revoltas) e *Cosmópolis* e do Instituto Alameda. Coordenador local do núcleo da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) do Observatório das Metrôpoles.

Email: thiago.canettieri@gmail.com

ORCID: 0000-0003-3662-6104

Submissão: 27 de abril de 2024.

Aprovação: 2 de novembro de 2024.

Editores do Dossiê: Matthew A. Richmond, Patrícia Maria de Jesus e Jean Legroux.

Como citar: CANETTIERI, T. Territórios periféricos e as geografias da reprodução social crítica: heterogeneidade de práticas na urbanização periférica. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 27, E202504, 2025. DOI: <http://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202504>

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR